



Genildo Magalhães/Senado Federal



Placa em homenagem a Bagé é exibida pelo senador Paulo Paim e pelo prefeito Dudu Colombo

## Em homenagem ao bicentenário de Bagé, prefeito pede recursos para a fronteira

O prefeito de Bagé (RS), Dudu Colombo, alertou ontem para a necessidade de mais investimentos nos municípios localizados ao longo da fronteira para com-

bater os preocupantes indicadores econômicos e sociais. Ele participou ontem de audiência pública em homenagem aos 200 anos do município gaúcho. **3**

### especial Cidadania

## Especialistas mostram como infância repercute na vida adulta

Muitos dos problemas psicológicos vividos por adultos, inclusive o comportamento violento, têm origem na primeira infância (de zero a seis anos). Confira o que dizem especialistas sobre o assunto e conheça os cuidados básicos a serem tomados nessa fase da vida. **8**

## Líderes decidem hoje novas datas para votação de royalties **5**

## Alíquota de INSS para o trabalho doméstico poderá ser reduzida **6**

Moreira Mariz/Senado Federal



Servidores do Senado assistem a palestra de Luiz Marins (D) sobre os desafios da motivação

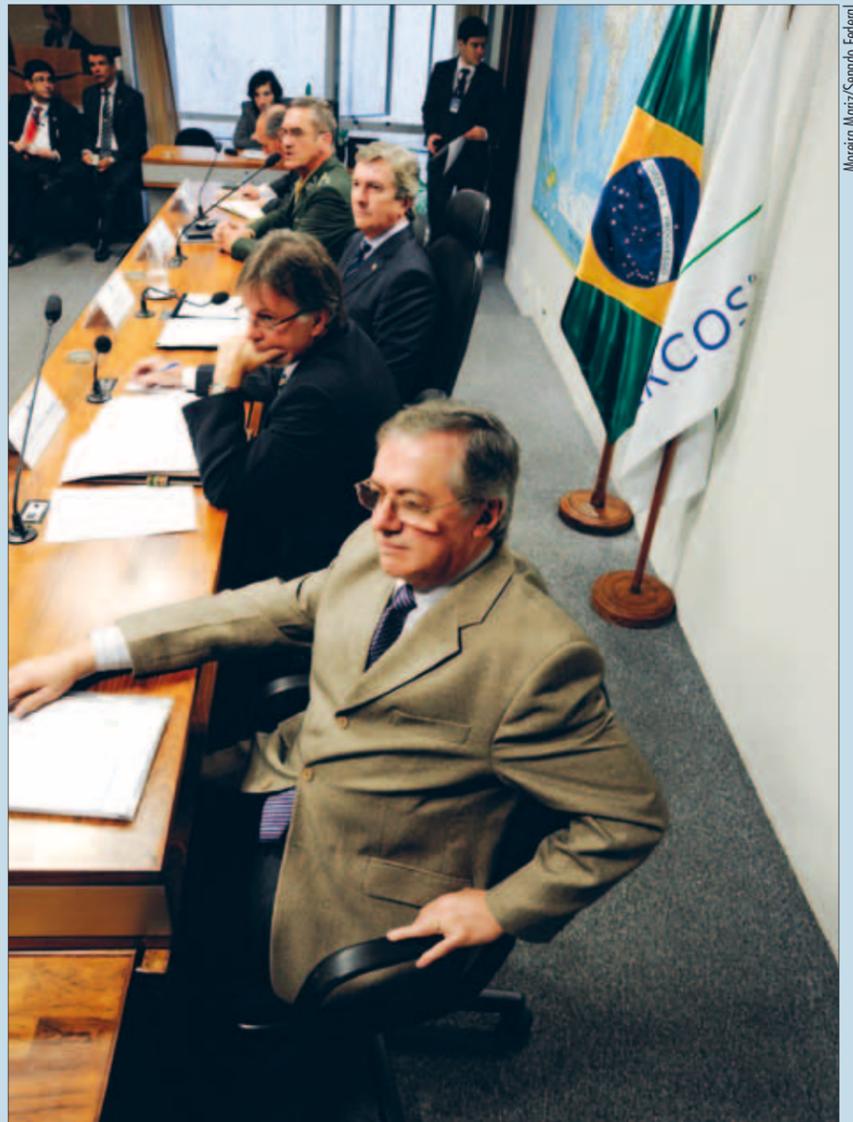
## Crescimento exigirá servidor cada vez mais atualizado, afirma consultor **2**

# Plantio de coca se aproxima do Brasil, alerta Exército

Polícias do Peru e do Brasil descobriram plantação ilegal no lado peruano; Comando Militar da Amazônia teme que território brasileiro deixe de ser apenas corredor do tráfico

O comandante militar da Amazônia, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, alertou, em audiência no Senado, para o risco de o Brasil

tornar-se produtor de pasta de coca, matéria-prima da cocaína e do crack: "Se a coca for plantada no Brasil, o grau de complexidade será muito maior". **3**



Eduardo Villas Bôas, comandante militar da Amazônia, fala em audiência ao lado do senador Collor

## Alvaro quer CPI para apurar denúncias contra o governo **4**

## Comissões debatem impacto dos incêndios florestais **7**

Moreira Mariz/Senado Federal

Luiz Alves/Senado Federal



João Lima, Rosa Vasconcelos, Claudia Lyra, Claudia Nogueira, João Holanda e Flávio Heringer durante a apresentação

# Nova ferramenta facilita processo legislativo

Programa de informática em teste para público interno do Senado garante rapidez e simplicidade na elaboração de proposições legislativas e apresentação de emendas

O PROCESSO DE elaboração de proposições legislativas e apresentação de emendas ganhará simplicidade e rapidez com o LexEdit, ferramenta desenvolvida pela Secretaria Especial de Informática (Prodasen) e pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado, apresentada ontem em reunião com equipes dos gabinetes parlamentares.

O LexEdit, atualmente em versão de teste para o público interno, é um editor de emendas legislativas que permitirá mais agilidade e segurança na redação e na apresentação de emendas a projetos em tramitação no Senado. Entre outras funcionalidades, exibe a alteração que está sendo proposta pela emenda, comparando o texto novo com o antigo.

João Holanda, diretor da Subsecretaria de Atendimento às Áreas Legislativas e de Plenário, apresentou detalhes do projeto

e pediu a colaboração das equipes que atuam nos gabinetes para aprimoramento. Holanda disse que, apesar do uso crescente de computadores e outros dispositivos em rede, o processo legislativo funciona essencialmente da mesma maneira há décadas. O plano do Prodasen e da Secretaria-Geral é mudar o processo.

– Em vez de automatizar o processo legislativo a partir do momento em que é recebida a proposição, queremos iniciar no momento em que é criada a proposição – explicou o diretor.

A versão beta (de teste) do LexEdit começa pelo mecanismo de apresentação de emendas porque, como lembrou Holanda, é um “fenômeno mundial” a predominância da iniciativa de

projetos por parte do Executivo. O uso do LexEdit orientará a edição conduzindo ao aumento da consistência na forma e na estrutura do documento. A ferramenta também automatizará tarefas como renumerar arquivos e remissões internas,

tornando mais fácil modificar proposições.

Nas próximas etapas, o LexEdit incluirá a possibilidade de envio de projetos, requerimentos e propostas de emenda à Constituição e será aberto ao público para o envio de sugestões de proposições legislativas. Também está prevista a implementação de sistemas voltados à atualização em tempo real de textos legais e à consolidação de normas administrativas da Casa.

**O LexEdit permite a visualização de alteração proposta em comparação com o texto antigo**

## Crescimento vai exigir servidores cada vez melhores, diz especialista

Os desafios que o país enfrentará nos próximos anos exigirão dos trabalhadores brasileiros, entre eles os servidores do Congresso Nacional, um esforço contínuo de aperfeiçoamento. A avaliação é do antropólogo, professor e consultor de empresas Luiz Marins, que ontem falou aos servidores do Senado sobre motivação no trabalho.

Intitulada “Os desafios da motivação no trabalho e na vida”, a palestra foi promovida pela Diretoria-Geral, em parceria com a Secretaria Especial de Recursos Humanos e com o Serviço de Qualidade de Vida e

Reabilitação Funcional, em comemoração ao Mês do Servidor.

Em sua apresentação, Luiz Marins chamou a atenção dos servidores para as recentes previsões de crescimento do Brasil em vários setores da economia, divulgadas por órgãos internacionais como o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ele destacou previsões de que o país vai melhorar significativamente sua posição no ranking mundial de desenvolvimento econômico, passando da sétima posição em 2010 para a quarta em 2040.

Moreira Mariz/Senado Federal



Marins (de pé) lembra previsão de que o país será a quarta economia do mundo

## Senado celebra Ano Internacional da Química

O Senado celebra hoje, com sessão especial em Plenário, o Ano Internacional da Química e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Os requerimentos foram apresentados por Inácio Arruda (PCdoB-CE).

De acordo com o senador, 2011 foi declarado o Ano Internacional da Química pela Organização das Nações Unidas (ONU), sob o tema “Química – a nossa vida, o nosso futuro”.

– O objetivo da ONU é realçar a importância da química para a humanidade, não apenas no tocante à compreensão do universo, mas no próprio cotidiano de cada um de nós.

A celebração da Semana da Ciência e Tecnologia vai ocorrer em todo o território nacional. Hoje, na Biblioteca do Senado, haverá o lançamento do livro *Química Verde no Brasil*.

A homenagem no Plenário será realizada dentro do período do expediente – primeira parte da sessão –, que vai das 14h às 16h.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Ano da Química e Semana da Ciência

**14h** A hora do expediente será dedicada à comemoração do Ano Internacional da Química e da Semana Nacional de Ciência. Na pauta, entre outros, projeto que prevê criação de cargos no TRT da 5ª Região (Bahia).

## Presidência Almoço no Itamaraty

**12h** José Sarney almoça com o presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, no Itamaraty; às 16h, se reúne com Marco Maia e líderes da Câmara e do Senado; e, às 18h30, vai à posse de Luciana Lóssio como ministra substituta do TSE.

## CE Comunicação digital

**9h/20h30** A Frente em Defesa da Cultura, a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara e a Comissão de Educação do Senado realizam o seminário Comunicação Digital, Conteúdos e Direitos do Autor, no Auditório Petrólio Portella.

## CI Indicações para a Anatel

**9h** A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa indicações de Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Rodrigo Zerbone Loureiro para a Anatel.

## Amazônia Questão fundiária

**9h** Discussão e apreciação do relatório sobre as reuniões que debateram a questão indígena e fundiária dentro do ciclo de audiências realizado pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

## CCT/CRA Código Florestal

**9h30** Reunião conjunta das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Agricultura e Reforma Agrária para leitura de relatório ao projeto do novo Código Florestal.

## CAE Crédito rural

**10h** Na pauta de 19 itens da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que autoriza o acesso dos bancos cooperativos a recursos do FAT para crédito rural. Às 11h30, debate sobre o Pacto Nacional da Indústria Química.

## CDH Intoxicados por pesticida

**10h** A saúde de ex-funcionários da Sucam intoxicados pelo pesticida DDT é tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Entre os convidados, o presidente da Fundação Nacional da Saúde, Gilson de Carvalho Filho.

## CE Débitos de fundações educacionais

**11h** Um dos projetos em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte extingue débitos das fundações educacionais de origem estadual e municipal, originários da retenção do Imposto de Renda retido na fonte.

## CMA Requerimentos para audiências

**13h55** Dois requerimentos para audiências públicas estão na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

## CMA/CRA/CCT Incêndios florestais

**14h** Para debater incêndios florestais, as comissões de Meio Ambiente, de Agricultura e de Ciência e Tecnologia realizam audiência pública. Entre os convidados, Braulio Dias, do Ministério do Meio Ambiente.

## CDR Copa do Mundo e Jogos Olímpicos

**14h** A Comissão de Desenvolvimento Regional analisa projeto sobre moradias populares e saneamento. Após a reunião, a Subcomissão da Copa e dos Jogos Olímpicos realiza audiência pública sobre qualificação empresarial e profissional.

## CPI Tráfico de pessoas

**14h** A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Tráfico de Pessoas reúne-se para definir agenda das próximas diligências.

## CPI do Ecad Análise de requerimentos

**14h30** Reunião administrativa para análise de requerimentos.

## CMO Créditos para ministérios

**14h30** Reunião da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para deliberação sobre projetos que autorizam créditos a ministérios.

## Mercosul Encontro da Representação no Parlasul

**14h30** A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul debate e vota a ata da reunião realizada no dia 18.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite às **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Em debate sobre proteção de fronteiras, Exército diz que há indícios da presença de cartéis mexicanos de narcotráfico em países da Amazônia

# Comandante teme plantação de coca no Brasil

A PLANTAÇÃO DE coca no Peru já chegou a áreas baixas e úmidas da Amazônia e poderá em breve chegar ao Brasil. O alerta foi feito pelo comandante militar da Amazônia, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, durante audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com o tema "Vigilância de fronteiras – organização, distribuição espacial na Amazônia e no Sul do país".

Na audiência, presidida por Fernando Collor (PTB-AL), o general informou que uma grande área da plantação de coca, em áreas de índios ticunas, foi descoberta em ação conjunta das polícias do Brasil e do Peru. E, caso se estenda até o lado brasileiro, o país deixará de ser apenas "corredor de passagem".

– Se a coca for plantada no Brasil, o grau de complexidade será muito maior. Temos indícios da presença na região de cartéis mexicanos, que têm um *modus operandi* mais violento. Temos de estar muito atentos – afirmou Villas Bôas.

A presença de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) na região de fronteira foi indicada, pelo coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Ricardo Vélez Rodríguez, como um fator de risco de insegurança, devido à sua participação no tráfico de armas e de drogas.

Entre outras ameaças potenciais à segurança do país, em sua opinião, estão o aumento da produção de cocaína na Bolívia e a criação do "maior centro de contrabando da América do Sul" na região da Tríplice Fronteira, entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Ainda a respeito da fronteira brasileira com a Colômbia, o jornalista Marcelo Rech, editor do site de notícias Inforel, relatou



Editor do site Inforel, Marcelo Rech; Comandante Militar da Amazônia, Eduardo Villas Bôas; senador Fernando Collor; diplomata Clemente Baena Soares; e professor Ricardo Vélez (D) na CRE

o papel exercido por soldados do Exército Brasileiro na região de Tabatinga (AM) e Leticia, do lado colombiano. Em primeiro lugar, observou, existe uma integração dos dois exércitos "além dos acordos formais", que, a seu ver, ajuda a construir confiança mútua. Em seguida, ele relatou a importância do Exército Brasileiro para a população civil dos dois lados da fronteira.

– Alguns colombianos com quem conversei me disseram como consideravam importante a presença na região dos militares brasileiros, até, por exemplo, pelo atendimento odontológico a crianças colombianas. Um soldado brasileiro me disse que ali não há distinção de idioma, bandeira ou nacionalidade, pois todos estão na Amazônia, distantes dos dois governos – relatou Rech.

## Itamaraty propõe fundo estrutural para o Norte

Como estímulo ao desenvolvimento das áreas de fronteira ao Norte do Brasil, o chefe do Departamento da América do Sul 2 do Ministério das Relações Exteriores, Clemente de Lima Baena Soares, defendeu a extensão de uma experiência já realizada no Mercosul – o Fundo de Convergência Estrutural (Focem) – para a Região Norte.

– Com investimentos em educação, saúde, cooperação técnica e controle integrado de fronteiras, o fundo seria de fundamental importância e beneficiaria todos nossos países vizinhos – sustentou.

Composto por dotações anuais de US\$ 100 milhões, o Focem tem por finalidade aprofundar o processo de integração regional no Mercosul e hoje é destinado a investimentos principalmente nos dois menores países do bloco, Paraguai e Uruguai.

Fernando Collor, na presidência da reunião da CRE, lembrou que, apesar dos problemas existentes nas fronteiras, o Brasil vive em paz com seus vizinhos, busca o consenso e, nos últimos anos, "vem demonstrando a capacidade de promover amplo desenvolvimento, com

ascensão de 30 milhões de pessoas que viviam na linha da pobreza". Collor também agradeceu a presença de representantes diplomáticos de 11 países, entre os quais os embaixadores de Rússia, Filipinas e Cuba.

Por sua vez, Inácio Arruda (PCdoB-CE) ressaltou a importância da presença da população na segurança das fronteiras. Ele defendeu ainda a construção de uma "forte unidade" entre a universidade, o governo e as Forças Armadas, para defender o que chamou de um "grande projeto de nação".



Entre o arcebispo dom Gilio Felício (E) e o prefeito de Bagé (D), Dudu Colombo, Paim preside homenagem aos 200 anos do município gaúcho

## Prefeito de Bagé pede atenção para área fronteiriça

Enquanto o desenvolvimento do país caminha em direção às grandes metrópoles situadas no centro e no litoral, a faixa de fronteira acumula indicadores econômicos e sociais preocupantes. A avaliação é do prefeito de Bagé (RS), Dudu Colombo, que ontem participou de homenagem aos 200 anos do município, em audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Durante a reunião, requerida pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), o prefeito ressaltou o desenvolvimento da cidade nos últimos anos, mas destacou as dificuldades enfrentadas pelas regiões fronteiriças.

– Nós estamos em uma região com uma defasagem muito grande de desenvolvimento.

Segundo Dudu Colombo, também vice-presidente para Assuntos das Cidades das Regiões Fronteiriças da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o governo federal, em parceria com os estados e municípios, tem se

empenhado para mudar essa realidade. Mas, segundo ele, são necessários mais investimentos.

– Já temos ouvido vozes dentro do Parlamento brasileiro que levantam a possibilidade de formatação de um PAC para a faixa de fronteira. Para nós, não tem forma melhor de comemorar o bicentenário da cidade e valorizar a história do Rio Grande do Sul do que melhorando a vida da população – disse.

Para o secretário da representação do Rio Grande do Sul em Brasília, Ronaldo Teixeira da Silva, o caminho para o desenvolvimento da faixa de fronteira passa por mais investimentos em educação. Segundo ele, a ampliação de recursos para o setor durante o governo Lula ajudou a desenvolver localidades além dos grandes centros.

Teixeira destacou ainda o protagonismo da cidade em temas como inclusão digital e valorização dos idosos. E assim como o arcebispo de Bagé, Dom Gilio Felício, e a miss Bagé, Thamires

Sonaglio, o secretário ressaltou o papel do município na história do Rio Grande do Sul.

Para comemorar o bicentenário de fundação de Bagé, o Ministério das Comunicações e os Correios lançaram, durante a reunião da CDH, um selo personalizado e um carimbo comemorativo à data.

### Mapa da fronteira



- » 10 estados
- » 588 municípios
- » 10 mi de habitantes
- » 15,7 mil km de extensão
- » 27% do território nacional

# Alvaro Dias pede CPI para apurar "festival de denúncias"

Senador diz que parlamentares da base do governo impedem as investigações e que a oposição não pode fazer mais do que pedir depoimentos nas comissões permanentes

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) pediu que se crie uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o que chamou de "festival de denúncias" de corrupção no governo publicadas pela imprensa.

O senador lamentou que as CPIs estejam em desuso porque a base governista, "maioria esmagadora", impede a instalação delas.

Segundo ele, à oposição restou apresentar requerimentos de convocação ou convites para ouvir depoimentos nas comissões permanentes do Senado.

O senador citou o caso mais recente: a oposição propôs a convocação do ministro da Pesca, Luiz Sérgio, para prestar esclarecimentos à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre denúncia, divulgada no fim de semana, de superfaturamento e direcionamento na licitação de 28 lanchas de patrulhamento por R\$ 30 milhões.

Alvaro Dias lembrou que as recentes denúncias de desvio de verbas no Ministério do Esporte levaram a oposição a apresentar dois requerimentos. Foram solicitados convites a Fábio Hansen, ex-chefe de gabinete da pasta,



Alvaro Dias se queixa de que denúncias não motivam criação de CPIs

e Charles Rocha, ex-chefe de gabinete da secretaria executiva do ministério.

Os dois foram citados em gravações telefônicas entregues à Polícia Federal pelo policial militar João Dias, denunciante do suposto esquema de corrupção.

Os depoimentos serão feitos na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

– Conforme se noticia hoje, são mais 13 gravações entregues à Polícia Federal – assinalou.

O segundo requerimento

solicita a realização de audiência pública, também na Comissão de Meio Ambiente, e convite a Michael Alexandre Vieira da Silva, citado nas gravações como participante nos desvios no Ministério dos Esportes.

– Esse escândalo vai além desse confronto [entre João Dias e o ministro Orlando Silva]. Há uma estratégia que procura focar apenas esse fato, como se estivéssemos diante de um episódio isolado. O que importa é saber se recursos foram desviados e qual foi o seu destino.

## Mozarildo quer lei que regule trabalho de ONGs

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a criação de um marco regulatório para as organizações não governamentais (ONGs).

Irregularidades em contratos do governo com esse tipo de entidade têm sido denunciadas – como as que culminaram com a troca no comando do Ministério do Turismo. Nas últimas semanas, o Ministério do Esporte também virou alvo de denúncias envolvendo ONGs.

– O certo é que não há uma legislação segura. Não há um marco regulatório no qual se possam colocar essas organizações. Isso tem provocado um prejuízo grande para o país.

Mozarildo lembrou o trabalho das duas CPIs das ONGs. O senador, que presidiu a primeira CPI, em 2001, afirmou que foram identificadas diversas irregularidades, especialmente com relação a ONGs de fachada que



Mozarildo Cavalcanti considera que ONGs são neogovernamentais

levavam ilegalmente minério do Brasil para o exterior. Na época, foi apresentada proposta de legislação para regular o setor, que nunca prosperou.

– Não foi por falta de aviso. A CPI mostrou claramente que essas entidades não eram, como o

nome diz, não governamentais. Poderiam ser chamadas de organizações neogovernamentais, porque, na verdade, a maioria delas vivia de dinheiro público, de convênios feitos sem nenhuma exigência – afirmou.

Segundo ele, a corrupção consome anualmente R\$ 85 bilhões:

– Daria para custear 34 milhões de diárias em UTIs nos melhores hospitais particulares. Daria para construir 28 mil escolas. Daria para construir 33 mil unidades de pronto atendimento. Daria para formar 312 mil médicos nas melhores universidades particulares. Daria para pagar 17 milhões de sessões de quimioterapia.

Demóstenes Torres (DEM-GO) afirmou que os casos nos ministérios do Turismo e do Esporte são apenas exemplos recentes de um "duto" pelo qual passam "os desvios na administração pública".

## Comissão da Verdade recebe apoio de Jarbas

Ao comentar em Plenário, ontem, artigo publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo* sobre o assassinato de David Capistrano, dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pela ditadura militar, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 88/11, que cria a Comissão Nacional da Verdade. O parlamentar solicitou também a apuração do crime mencionado pela publicação.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado com parecer favorável de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e será analisado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde terá relatório de Paulo Paim (PT-RS).

Pelo texto, a comissão terá como objetivo esclarecer as violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, com foco no regime militar de 1964 a 1985.

## Ciro defende banco de DNA de criminosos

Ciro Nogueira (PP-PI) pediu atenção dos deputados ao projeto de lei do Senado (PLS 93/11) que cria um banco de DNA dos condenados por crimes hediondos ou violentos. A proposta, de sua autoria, foi aprovada em setembro na forma de substitutivo elaborado por Demóstenes Torres (DEM-GO), em caráter terminativo, pela CCJ do Senado, e remetida à Câmara dos Deputados na primeira semana de outubro.

O projeto prevê que o DNA de condenados por crimes violentos e hediondos – coletado a partir de fluidos e tecidos biológicos – seja reunido em um banco de dados que alimentará a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, a ser implantada no Brasil.

– Nós, brasileiros, estamos cansados de ver nossas famílias destruídas por facinoras de todas as espécies. São criminosos que invadem nossas vidas, deixando um rastro de destruição, de tristeza e de angústia. E, por incrível que pareça, estamos cada vez mais com a sensação



Senador lembra assassinato do dirigente comunista David Capistrano

Com relação ao assassinato de David Capistrano, Jarbas considerou fundamental priorizar as investigações sobre o crime para que o Brasil possa esclarecê-lo de forma definitiva, juntamente com centenas de outros casos.

– Esses episódios representam páginas incompletas da história do Brasil, representam um período sombrio, no qual a barbárie foi patrocinada pelo Estado, os abusos e o desrespeito dos direitos humanos tomaram proporções assustadoras – disse.



Proposta do senador foi enviada aos deputados no início do mês

de que a impunidade é a verdadeira segurança do criminoso. Ele tem a certeza de que não vai ser punido. Ou por incapacidade das estruturas públicas ou porque não são alcançados por nossas leis – afirmou o parlamentar.

Ciro Nogueira disse que, no Brasil, apenas 6% dos criminosos são realmente punidos depois de condenados. Em países que usam bancos de identificação genética, como os Estados Unidos, o índice chega a ser dez vezes maior, de cerca de 60%. Mais de 40 países já adotam esta tecnologia em investigações criminais.



Proposta de Jorge Viana será votada em decisão terminativa na CCJ

## Projeto permite que partido sem quociente eleitoral dispute vagas

Partidos que não atingirem o quociente eleitoral poderão vir a participar da distribuição das chamadas sobras eleitorais – cadeiras restantes após a aplicação do quociente partidário.

Projeto (PLS 129/11) com esse objetivo está na pauta de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para receber decisão terminativa.

Quociente eleitoral é a proporção das vagas que cada

partido ou coligação tem direito, conforme votos recebidos. As sobras ocorrem por conta das frações resultantes da aplicação do quociente partidário.

Por exemplo: na eleição de 2010 para deputado federal no DF, a coligação mais votada obteve quociente partidário de 3,94 vagas, tendo de imediato o direito a 3 cadeiras na Câmara. A fração de 0,94 foi somada às frações resultantes do cálculo de vagas das demais coligações

que disputaram vagas. Ao final, as somas dessas frações resultam nas vagas restantes (as sobras), que atualmente são distribuídas apenas entre partidos e coligações que atingirem o quociente eleitoral. Com o PLS 129/11, seu autor, Jorge Viana (PT-AC), quer permitir que todos os partidos concorrentes possam disputar as sobras.

O senador argumenta que há casos em que o candidato mais votado individualmente numa

eleição fica fora do Parlamento por seu partido ou coligação não ter obtido o quociente eleitoral. Para Jorge Viana, a possibilidade de disputa das vagas restantes fará justiça a esse candidato. Ele também considera que a restrição para distribuição das sobras é inconstitucional, por atentar "contra a proporcionalidade eleitoral e o pluralismo político".

O relator, Raulo Rodrigues (PSOL-AP), apoia a proposta.



Verba prevista no PPA vai muito além da Copa, diz Walter Pinheiro

## Transporte público de grandes cidades terá R\$ 18 bi de investimentos

Os R\$ 18 bilhões previstos no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 para equipar cidades com transporte público sustentável e mais acessível não irão apenas para capitais que sediarão a Copa do Mundo de 2014. Cinco dessas cidades, de fato, receberão recursos – Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife

e Fortaleza –, mas o escopo de investimentos é bem maior. Diferentemente do que foi publicado sexta-feira pela Agência Senado e ontem pelo **Jornal do Senado**, ainda não existe uma previsão específica para projetos de integração dos transportes nas 12 cidades que receberão jogos da Copa.

O PPA prevê que municípios de um milhão a três milhões de habitantes terão R\$ 1,7 bilhão. Quantia igual será destinada aos que têm de 700 mil a um milhão de pessoas. Os R\$ 14,6 bilhões restantes irão para regiões metropolitanas com mais de três milhões de moradores. Em entrevista ontem, o

relator do PPA, Walter Pinheiro (PT-BA), esclareceu que o plano traça apenas linhas gerais e diretrizes dos empreendimentos do governo para os próximos quatro anos, sem especificar valores, que em muitas vezes só serão definidos posteriormente pelo Executivo, a partir de projeções futuras de arrecadação.

## Aloysio critica renúncia fiscal de R\$ 146 bi

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem que o volume previsto de renúncia fiscal por parte do governo federal no Orçamento de 2012 é de R\$ 146 bilhões. Ele comparou o montante aos recursos destinados a outras áreas e programas no ano que vem: R\$ 5 bilhões para o reajuste de aposentados e pensionistas, R\$ 16 bilhões para o Bolsa Família e R\$ 2,7 bilhões para saneamento básico.

O senador disse que 70% das renúncias beneficiam determinados grupos e setores, como a indústria automobilística. Para Aloysio, o total é muito alto e parte dele poderia ser mais bem aplicada em áreas como a saúde.



Para Aloysio, governo privilegia setores em prejuízo da área social

## Raupp elogia ações do governo contra a crise

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou as “medidas anticíclicas” tomadas pelo governo para proteger o país contra a crise econômica internacional. Segundo ele, as ações se mostram “extremamente adequadas para o momento que estamos vivendo”.

O senador citou texto do jornalista Antônio Machado, publicado pelo *Correio Braziliense* na quarta-feira, destacando a importância das exportações para a China, país que mostra sinais de desaquecimento. A esse cenário, Raupp acrescentou a crise das economias europeias, com indicações de que será mais duradoura do que se supôs no início.



Para o senador, medidas são “extremamente adequadas”

# Líderes se reúnem hoje para refazer calendário de votação dos royalties

Acordo anterior estabelecia que votação na Câmara aconteceria amanhã, mas o presidente da Casa, Marco Maia, pediu adiamento devido ao trancamento da pauta por medidas provisórias. Ele acredita ser possível votar em novembro

LÍDERES PARTIDÁRIOS DA Câmara e do Senado se reúnem hoje, às 16h, para discutir o calendário de votação do projeto que altera as regras da divisão dos royalties e da participação especial pela exploração de petróleo (PLS 448/11). O texto aprovado pelo Senado na semana passada pode viabilizar um acordo para manter o veto presidencial à regra aprovada pela Câmara em 2010.

Antes, o acordo era que o projeto seria votado pela Câmara até amanhã ou os parlamentares poderiam derrubar o veto presidencial, restabelecendo a regra aprovada em 2010, nos termos da Emenda Ibsen.

Na semana passada, a pedido do presidente da Câmara, Marco Maia, o presidente do Senado, José Sarney, concordou em adiar a votação do veto. Maia explicou que a Câmara precisará de mais tempo para votar o projeto do Senado, devido ao trancamento da pauta por medidas provisórias.

Marco Maia disse ser possível votar o PLS 448/11 em Plenário na primeira semana de novembro, mas ressaltou que a data



No Senado, projeto foi aprovado em meio a discussão tensa entre representantes de estados produtores e não produtores

exata e os procedimentos de votação serão definidos pelos líderes na reunião de hoje.

Pelo substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB), aprovado no Senado, a parte da União nos royalties é reduzida de 30% para 20% já em 2012. A dos estados produtores cai de 26,25% para 20%. A parte dos municípios produtores sofre a maior redução: de 26,25% para 17% em 2012 e chega a 4% em 2020.

A parcela dos municípios afetados pela exploração de petróleo também sofre cortes: de 8,75% para 2%. Em contrapartida, a participação dos estados e municípios não produtores salta de 8,75% para 40%. O substitutivo prevê também a redistribuição da participação especial. A parte da União cai de 50% para 42% em 2012 e volta a ser ampliada ano a ano, até chegar aos 46% propostos pelo governo.

Representantes do Rio de Janeiro e do Espírito Santo avisaram que farão campanha para pressionar a presidente Dilma Rousseff a vetar o texto caso ele seja mantido na Câmara.

Pela Emenda Ibsen, a União ficaria com 40% dos royalties e 50% da participação especial. O restante seria dividido entre estados e municípios, segundo os fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE).

## Ricardo Ferraço espera que Dilma vete projeto que Senado aprovou

Ontem Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse ter esperança de que a presidente Dilma Rousseff vete o PLS 448/11, que redistribui royalties, devido a “violações intensas à Constituição”. Segundo ele, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou projeto anterior, a Emenda Ibsen, pelas mesmas violações em que incorre o projeto atual. O senador capixaba afirmou que o projeto causará “prejuízos extraordinários” a Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro.

– Não me parece que com essa violência vamos conseguir construir uma proposta equilibrada que possa fazer jus ao nosso país, que tem dimensão continental; uma federação que precisa caminhar na direção de fortalecer os estados federados e não ao contrário, na direção de enfraquecê-los, concentrando recursos ainda mais nas mãos da União – declarou Ferraço. Para ele, seria preferível diminuir a participação da União



O senador capixaba diz que seria preferível diminuir a parte da União

a retirar recursos dos estados produtores.

O senador afirmou ser necessário compartilhar com os demais estados as riquezas a serem geradas na exploração dos novos poços descobertos, mas defendeu uma “fraternidade legislativa” que permita minimizar “o grande impacto causado pela exploração petrolífera”.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), em aparte, concordou que o PLS 448/11 contraria a Constituição do país e precisa ser alterado na Câmara dos Deputados.

## Rolleberg quer mudanças em Fundo do Centro-Oeste

Mudanças nas regras do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foram defendidas por Rodrigo Rolleberg (PSB-DF). O senador ressaltou projeto de sua autoria (PLS 648/11) determinando que o limite de investimentos em comércio e serviços, no Distrito Federal, passe de 20% para 50% dos recursos recebidos do fundo.

Ele explicou que 19% do montante do FCO é destinado ao DF, mas, atualmente, apenas 20% desses repasses podem ser aplicados nos setores de comércio e serviço, ficando 80% destinado a atividades industriais e agropecuárias. Rolleberg argumenta que 90% da atividade econômica do DF é composta por comércio e serviços.

Segundo o parlamentar, a parte destinada à agropecuária e indústria nem sempre é aplicada em sua totalidade, ao contrário dos recursos para comércio e serviços, que sempre acabam antes do final do ano.



Rolleberg quer mais investimento em comércio e serviços

– No ano de 2009, o Distrito Federal, que teria direito a 19%, utilizou apenas 8,9% dos recursos; Goiás, que teria direito a 29%, usou 34,2%; Mato Grosso do Sul, que teria direito a 23%, executou 25,6%; e Mato Grosso, com direito a 29%, usou 31,3%. O dinheiro não utilizado por um membro do Centro-Oeste é repartido entre os demais – disse.

Rolleberg também parabenizou a escola de samba Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (Aruc) pelo aniversário de 50 anos, comemorado na sexta-feira.

# Trabalho doméstico: alíquota previdenciária pode cair a 5%

Projeto que reduz as taxas de recolhimento mensal à Previdência para patrões e empregados domésticos será votado amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) deve discutir e votar amanhã, em decisão terminativa, a redução da contribuição previdenciária do empregado e do empregador doméstico. Em vez do recolhimento mensal de 8% e 12% do salário, respectivamente, para a Previdência Social, o trabalhador doméstico e o patrão passariam a pagar, cada um, alíquota de 5% sobre o salário mensal.

A proposta (PLS 189/11), de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), pretende estimular a formalização do emprego doméstico. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dos 6,7 milhões

de trabalhadores do setor em 2009, apenas 26,3% (1,7 milhão) contavam com registro em carteira e cobertura previdenciária, como auxílio-doença, licença-maternidade e aposentadoria.

Vanessa defendeu o corte de 50% na contribuição por entender que recentes medidas de inclusão previdenciária não renderam os benefícios esperados para os trabalhadores domésticos. Ela acredita que a possibilidade de o patrão deduzir pagamentos feitos ao empregado doméstico do Imposto de Renda, por exemplo, teria incentivado mais quem já dava tratamento formal a essa relação de emprego.

No parecer favorável, o relator, Paulo Paim (PT-RS), avaliou que a proposta está em sintonia com a Constituição ao estabelecer um regime previdenciário especial. Apesar de o Ipea constatar uma ampliação geral na formalização do trabalho no país entre 1999 e 2009, Paim observou que a regularização do trabalho doméstico avançou pouco nesse período.

– Se essas trabalhadoras não estiverem filiadas ao Regime Geral da Previdência Social, ficarão expostas aos riscos sociais e não poderão enfrentar, com qualidade de vida, nem o declínio de sua capacidade laboral, nem seu envelhecimento – disse Paim.

## Aloysio: TCU deve fiscalizar contribuição sindical

Entidades sindicais de empregados, patrões e profissionais liberais deverão prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre contribuição sindical obrigatória. É o que prevê emenda de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) a projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 51/11) pautado para ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o senador, a autonomia sindical não pode ser utilizada “como obstáculo à boa

fiscalização” dos recursos. Se prevalecer a tese, vão ficar submetidos à fiscalização do TCU desde os sindicatos de base até as centrais sindicais, além dos conselhos de profissões liberais.

O projeto original tinha apenas uma finalidade: transferir do Ministério do Trabalho para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas em suas estruturas. O recolhimento das contribuições

sindicais é feito na Caixa, que precisa manter atualizados, por exemplo, os cadastros de dirigentes das entidades sindicais.

Aloysio solicitou vista quando o relatório foi lido, há duas semanas, e apresentou a emenda. O relator do projeto, José Pimentel (PT-CE), ainda não se manifestou sobre a emenda.

Depois do parecer da CAE, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

## Aposentados exigem derrubada do fator previdenciário, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) relatou sua participação no 20º Congresso Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, em Caldas Novas (GO), na última quinta-feira. Os mais de mil participantes, informou, concluíram pela necessidade de exigir que o Congresso Nacional derrube o fator previdenciário e garanta às aposentadorias, em 1º de janeiro, o mesmo reajuste do salário mínimo.

No encontro, Paim sugeriu que os idosos pressionem os parlamentares, sob pena de os aposentados receberem, em janeiro, menos da metade do

reajuste do mínimo. O senador disse que fez um apelo aos membros da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para que aprovem emenda que garanta pelo menos 80% da variação do produto interno bruto (PIB) no reajuste de janeiro aos aposentados.

Em seu pronunciamento, Paim lamentou que o Congresso ainda não tenha “entendido bem” a força que aposentados e pensionistas têm.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou o caso dos aposentados do Aeros (fundo de pensão de ex-empregados da Varig).



Waldemir Barreto/Senado Federal

Paim informa que também será cobrado o mesmo reajuste do mínimo

Paim contou que, juntamente com Alvaro, fez várias incursões ao governo e ao Judiciário para tentar resolver a questão.

## Crivella aponta ativismo no Poder Judiciário

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou o que chamou de ativismo judiciário, citando a votação em que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) poderá reconhecer o direito de pessoas do mesmo sexo ao casamento. Ele disse que o assunto é preocupante.

Crivella lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já considerou que os direitos decorrentes da união estável valem para pessoas do mesmo sexo e pediu bom senso aos ministros do STJ, para que se lembrem dos limites impostos pelo entendimento do STF.

Para o senador, os tribunais



Genildo Magalhães/Senado Federal

Senador pede ao STJ bom senso na decisão sobre casamento homossexual

sempre trazem problemas quando legislam. Os políticos, disse, estão mais preparados para o papel de legislar porque ouvem a voz do povo, com debates e audiências públicas.

– Esse ativismo judiciário faz bem ao Brasil? – questionou.

## Santiago quer logo Estatuto da Juventude

Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu a aprovação rápida do Estatuto da Juventude. Aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto (PLC 98/11) já chegou ao Senado, onde passará pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação (CE), de Direitos Humanos (CDH) e de Constituição e Justiça (CCJ).

– Faço um apelo a esta Casa para, urgentemente, agilizar os trabalhos nas comissões a aprovação do estatuto, dando a esses jovens uma garantia para que tenham uma projeção, uma segurança no traçado do seu futuro – afirmou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Lei dará aos jovens segurança para traçar seu futuro, afirma senador

O projeto trata, entre outras questões, da meia-entrada em eventos culturais e de lazer, de políticas de estímulo à entrada no mercado de trabalho, da criação de conselhos voltados para a juventude e da universalização da educação em tempo integral.

## Cícero comemora instalação de unidade da AACD

Cícero Lucena (PSDB-PB) comemorou o anúncio da instalação, em 2012, de uma nova unidade da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) na cidade paraibana de Campina Grande. O anúncio foi feito sábado, depois que o Teleton – campanha promovida pela associação, em parceria com o SBT, para arrecadar recursos destinados à ampliação de suas unidades – ter obtido doações recorde, no valor de R\$ 26,8 milhões.

Cícero Lucena antecipou que vai destinar à AACD parte de suas emendas individuais no Orçamento de 2012, como



Waldemir Barreto/Senado Federal

Campina Grande será o município beneficiado, segundo Cícero Lucena

forma de contribuir para instalação da unidade. A AACD é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que trabalha na promoção do bem-estar de pessoas com deficiência física, especialmente crianças, adolescentes e jovens.

### Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • João Ribeiro • Ciro Nogueira • Marcelo Crivella • Mozarildo Cavalcanti

\* Licenciado

### Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Grazziotin fala de "presentes" de Dilma a Manaus

No dia do 342º aniversário de Manaus, Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) falou sobre a ida da presidente Dilma Rousseff à capital do Amazonas para entregar "dois presentes".

O primeiro foi a inauguração da ponte sobre o Rio Negro, ligando Manaus a Iranduba. A ponte tem 3.595 metros de extensão e custou R\$ 1 bilhão.

– A partir de hoje, muitos dos investimentos que são feitos na cidade de Manaus se deslocarão para o município de Iranduba.

O segundo presente foi a assinatura da proposta de emenda à Constituição (PEC), a ser enviada ao Congresso Nacional nesta semana, que afeta a Zona Franca de Manaus.

Segundo as regras atuais, os incentivos da zona franca vencem em 2023. A PEC os prorroga por mais 50 anos. A proposta também amplia o polo industrial de Manaus para toda a região metropolitana.



Vanessa Graziotin lembrou PEC que amplia a Zona Franca de Manaus

## Ribeiro comemora inauguração de ponte em Tocantins

João Ribeiro (PR-TO) comemorou a inauguração, semana passada, da Ponte dos Imigrantes Nordestinos Padre Cícero José de Sousa, entre os municípios tocaninenses de Lajeado e Miracema. O senador ressaltou que os recursos para a obra foram garantidos por emendas de bancada ao Orçamento da União. O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, representou a presidente Dilma Rousseff no evento.

– Quero deixar registrado o que essa ponte representa: uma ponte de integração entre a região central do Brasil, a região amazônica e a região Norte. E também a beleza da obra, que se parece com a terceira ponte de Brasília, realmente uma obra belíssima – ressaltou.

João Ribeiro elogiou a atuação da bancada do Tocantins que, segundo assinalou, tem sido "firme e corajosa" em sua luta pelos interesses do estado.



Obra foi garantida por emendas de bancada ao Orçamento, diz senador



Fogo em mata de Brasília: no país, incêndios e queimadas são os principais responsáveis pelos gases do efeito-estufa

# Incêndios florestais em debate hoje no Senado

Especialistas vão discutir com senadores formas de prevenção e políticas públicas sobre o tema, em audiência conjunta de três comissões, marcada para as 14h

AS COMISSÕES DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização (CMA) realizam audiência pública conjunta hoje para discutir os impactos dos incêndios florestais no meio ambiente e na produção agrícola.

A reunião foi requerida pelos senadores Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA; Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da CCT; Rodrigo Rollemberg (PSB-DF),

presidente da CMA; e Jorge Viana (PT-AC). Eles justificaram a necessidade do debate pelo grande número de incêndios e queimadas registrados nos últimos meses em todo o país.

Os especialistas vão discutir formas de prevenção e políticas públicas sobre o assunto. Uma das preocupações é o aumento da emissão de carbono. No Brasil, os incêndios florestais são os principais responsáveis pela liberação na atmosfera dos gases causadores do efeito-estufa.

Foram convidados para a

audiência pública o pesquisador Irving Brown, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia; Vânia Pivello, professora do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP); Leopoldo Coutinho, professor do Departamento de Ecologia da USP; Heloísa Miranda, professora do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB); e Braulio Dias, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.



ZEE mostra as várias realidades da Amazônia, segundo Gurgacz

## Código deve reconhecer diferenças, diz Gurgacz

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) declarou que, apesar de muitos debates e reuniões, alguns pontos do projeto do novo Código Florestal ainda estão indefinidos. Para ele, a questão do zoneamento econômico-ecológico (ZEE) merece reflexão. Não é possível, disse, ter uma única previsão legal para toda a Amazônia, pois há peculiaridades entre as diversas bacias e regiões. ZEE, explicou, é um instrumento estratégico, capaz de propiciar um diagnóstico preciso da capacidade mineral, da vegetação e dos aspectos socioeconômicos da região.

– O estudo com base nas realidades regionais é muito mais preciso – afirmou.

Gurgacz informou ter apresentado emenda ao projeto propondo que o ZEE seja um instrumento de definição da reserva legal. Pela proposta, o poder público poderá permitir a redução de reserva legal na Amazônia, em percentuais previstos nos ZEEs. Os zoneamentos seriam amparados por leis estaduais, facultando a aprovação para o governo federal.

Gurgacz citou pesquisas mostrando que a preservação pode ser de 20% em algumas regiões, mas de 100% em outras.

## Cristovam: Dilma tem de convocar líderes à Rio+20

Cristovam Buarque (PDT-DF) fez apelo, ontem, para que a presidente Dilma Rousseff compareça à próxima reunião do Conselho da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no dia 22 de novembro, e assuma a convocação de chefes de governo e de Estado para o evento, que acontecerá em 2012. Caso isso não ocorra, disse o senador, a Rio+20 pode fracassar.

– Quero fazer apelo para que a presidente Dilma vá à reunião do conselho e dê o devido peso a essa reunião. Que diga com clareza ao Brasil inteiro. Se ela for, vai sair em todos os jornais, vai sair no *Jornal Nacional*. É a primeira chance de o Brasil marcar posição na história. Se a Rio+20 der certo, terá repercussão pelo que decidir. Se não der certo, terá a triste repercussão de uma oportunidade perdida – observou.

Cristovam recordou que, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), o então presidente da República e atual senador Fernando Collor (PTB-AL) convocou os chefes de governo e de Estado, que compareceram ao encontro em grande número.



Para Cristovam, se Dilma não fizer chamado, Rio+20 pode fracassar

## Vital alerta para privatização de hospitais públicos

Vital do Rêgo (PMDB-PB) alertou para a privatização dos hospitais públicos por meio da gestão terceirizada. Ele tomou como exemplo o Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa, cujo custeio subiu de R\$ 4,5 milhões para R\$ 7 milhões, quando foi assumido pela iniciativa privada. Segundo o senador, já há um movimento para exigir providências do Ministério da Saúde a esse respeito.

– Há histórias esquisitas no Distrito Federal, no Maranhão e em outros estados, próprias de uma situação anômala que se criou em desrespeito ao SUS.

Vital do Rêgo observou que, se a gestão privada da saúde funcionar de forma complementar ao sistema público, estará ocorrendo de forma legal, mas na medida em que o substitui, torna-se inconstitucional.

Ele também manifestou a sua solidariedade aos médicos da Paraíba, que entram em greve hoje. Segundo Vital, a paralisação se deve às más condições de assistência e remuneração.

O senador informou também que os auditores fiscais do Estado estão em greve há vários dias e que os agentes da Polícia Civil entram em greve a partir de sexta-feira, por reajuste salarial.



Segundo Vital, há movimento para pedir providências ao Ministério da Saúde

## Adiada audiência sobre resultados econômicos

Por falta de quórum, foi adiada a audiência pública conjunta que ocorreria ontem para apresentação de relatórios econômicos do governo federal referentes ao período de janeiro a agosto de 2011. Uma nova data será agendada.

A audiência deve analisar relatórios sobre balanços de pagamentos, resultados da política fiscal, evolução da arrecadação, desempenho da balança comercial e perspectivas para 2012 em relação à importação e exportação de manufaturados. Representantes do Banco Central, Receita Federal e Ministério do Desenvolvimento apresentarão os dados aos senadores.

A audiência foi proposta por duas subcomissões ligadas à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE): Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, presidida por Francisco Dornelles (PP-RJ), e Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, presidida por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

# Especialistas alertam para cuidados com a primeira infância

Muitos dos problemas psicológicos vividos por adultos, inclusive o comportamento violento, têm origem nessa fase da vida, que vai de zero a seis anos. Cuidados devem se estender ao período de gestação

Joseana Paganine

A primeira infância – período que vai de zero a seis anos – é decisiva para a formação da personalidade do ser humano. Estudos mostram que bebês e crianças bem cuidados têm maiores chances de se transformar em adultos saudáveis, equilibrados e tranquilos.

Por isso, essa faixa etária vem recebendo cada vez mais atenção da sociedade, de especialistas e do poder público. O desafio é melhorar o tratamento dispensado à primeira infância, seja dentro do lar ou em instituições, como escolas, hospitais e abrigos.

De acordo com o pediatra Laurista Corrêa Filho, muitos dos problemas psicológicos vividos por adultos têm origem nessa fase da vida. “As raízes da violência estão na primeira infância”, alerta o médico, que é especialista em saúde da mulher e da criança pela Universidade de Sorbonne, Paris.

Maus-tratos sofridos nesses primeiros anos ou até mesmo problemas enfrentados pela mãe ainda durante a gravidez, como depressão, podem repercutir muitos anos depois.

– Até meados do século 20, acreditava-se que o recém-nascido era uma tábua rasa, um ser vazio. Hoje, sabemos que o bebê nasce com informações e competências. O bebê é uma pessoa – defende Laurista, lembrando que recém-nascidos reagem, por exemplo, a sons conhecidos, como a voz da mãe.

Apesar disso, a maior parte do desenvolvimento cerebral se dará depois do nascimento, durante a primeira infância. É nessa época também que são construídas as conexões cerebrais relacionadas à emoção.

– Quando a criança nasce, seu cérebro pesa cerca de 400 gramas. Aos três anos, o cérebro tem 1,2 quilos, apenas 200 gramas a menos do que o de um adulto, com 1,4 quilos. Ou seja, o cérebro praticamente se forma até os três anos de idade – argumenta.

Para a psicóloga Jaqueline Wendland, a depressão materna é umas das principais ameaças ao desenvolvimento saudável da criança. Segundo ela, o mal atinge, no mundo, 20% das mulheres durante a gravidez e 15% após o parto.

– Uma gestante deprimida estará deprimida também quando tiver de cuidar do bebê, o que pode resultar em incapacidade para atender as necessidades da criança – resalta Jaqueline, que é psicoterapeuta do grupo hospitalar Pitié-Salpêtrière, na França.

Outros fatores de risco relacionados à situação da mãe são, de acordo com a psicóloga, estresse, ansiedade, tabagismo, alcoolismo, drogas, problemas financeiros e abandono familiar. “A criança pode reagir apresentando distúrbios emocionais e cognitivos, como dificuldades de adaptação escolar”, explicou.

Laurista Corrêa Filho lembra que, no Brasil, há um fator de risco adicional, que é a gravidez na adolescência. “Cerca de 20% das adolescentes brasileiras vivem a gravidez precoce. Todos os anos nascem no país mais de 600 mil bebês de jovens que ainda não estão preparadas para exercer a maternidade”, aponta.

Uma criança em situação de risco apresenta diferentes sintomas, que variam conforme a idade. Segundo Jaqueline, um bebê pode apresentar tristeza e distúrbios do sono, não comer direito, chorar muito e estar sempre doente.

## Cuidado necessário

Segundo os especialistas, para garantir o desenvolvimento saudável durante a primeira infância, é preciso que o poder público ofereça atendimento integral – físico e psicológico – à mulher durante a gestação e após o parto, orientando quanto aos cuidados com o bebê e acompanhando seu crescimento.

Na avaliação de Laurista, o Brasil está atrasado no tratamento da primeira infância cerca de 20 ou 30 anos em relação a países como a França. “Temos programas interessantes como o Saúde da Família, do Ministério da Saúde, e a Pastoral da Criança, da Igreja Católica, mas ainda é insuficiente”, considerou.

Jaqueline conta que, na França, existem redes que oferecem cuidados médicos e psicológicos da gestação até os 18 meses de vida, e grupos terapêuticos para pais e filhos. “Identificamos os problemas, como depressão, pobreza e abandono, e tratamos juntos pai, mãe e criança”, explicou.



Carol Marra

Para garantir um bom desenvolvimento na primeira infância, é preciso oferecer atendimento integral à mãe e à criança

## 20 milhões de brasileiros

► O Brasil possui cerca de **20 milhões** de crianças na faixa de zero a seis anos, aproximadamente **10%** da população total

► Cerca de **45%** dessas crianças vivem em famílias que estão abaixo da linha de pobreza

### CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS QUE VIVEM ABAIXO DA LINHA DE POBREZA

Nordeste	66%
Norte	56%
Sudeste	30%
Sul	29%
Centro-Oeste	27%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009, tabulação Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi)

## Senado promove debate sobre os primeiros anos da criança

Desde 2008, o Senado realiza a Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que promove palestras e cursos sobre o tema com a participação de especialistas brasileiros e estrangeiros. Este ano, a quarta edição da semana, realizada de 18 a 20 deste mês, debateu a saúde mental da mulher grávida e de crianças de zero a seis anos.

A Semana foi instituída em 2007 pela Lei 11.523, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). “Temos de fazer tudo que está ao nosso alcance para que os programas sejam

eficientes”, disse o senador em painel que discutiu a promoção dos direitos da criança.

Outra iniciativa do Legislativo é a Frente Parlamentar Mista para a Primeira Infância, presidida pelo deputado federal Osmar Terra (PMDB-RS). Segundo ele, a frente foi criada para garantir base jurídica aos programas voltados para esse período da vida da criança. Ele acredita que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi um grande avanço na área, mas ainda há muito a ser feito. “Entre os legisladores, falta informação sobre a importância da primeira infância”, afirmou.

## Comissão interministerial vai implantar Plano Nacional

A secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmen Silveira, revelou, na 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância, no Senado, que a presidente Dilma Rousseff deve anunciar em breve comissão interministerial para implantar o Plano Nacional pela Primeira Infância.

O Plano foi elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), organização da sociedade civil criada em 2006, e contou com a participação de 70 instituições. No ano passado,

foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), ligado à Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, tornando-se política governamental.

O coordenador da Rede, Vital Didonet, disse que o texto estabelece princípios e estratégias para orientar ações voltadas para a primeira infância. Mas, segundo ele, a principal novidade do plano é o que ele chama de “caminhar em rede”, articulação que conjuga esforços da União, estados e municípios.

## Recomendações

► Garantir o contato entre mãe e bebê logo em seguida ao parto

► Ao cuidar do bebê, mantenha contato visual, converse com ele, interaja. Mas cuidado para não oferecer estímulos em excesso. A criança precisa de um ambiente tranquilo

► Respeite o bebê, pois ele já possui memória. Maus-tratos ficam registrados na estrutura emocional

► Ofereça aconchego ao bebê. Nos primeiros meses de vida, o bebê sente falta do ambiente uterino, onde estava protegido e tinha os movimentos contidos

► Se estiver com dificuldade para lidar com o bebê, não tenha vergonha: fale com o pediatra ou procure um serviço especializado em psicologia infantil

Fonte: Dr. Laurista Corrêa Filho, pediatra, e Jaqueline Wendland, psicóloga

## Saiba mais

**Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz**

<http://migre.me/5ZkMZ>

**Rede Nacional Primeira Infância**

<http://primeirainfancia.org.br>

**Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente**

<http://migre.me/5Zk0i>



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM [WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)